

# Euforia Prematura

*Economia - Brasil*

Foi no mínimo precipitada e exagerada a euforia que tomou conta do mercado financeiro nos últimos dias, em função das notícias favoráveis ao fechamento da carta de intenções do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. Ciclotimia à parte, típica de mercado, mais guiados pelo sentimento do que pela razão, se não havia motivos para um pessimismo tão exagerado, também o mundo não ficou cor-de-rosa de repente.

O que mudou foi o quadro internacional: os países do G-7 aprovaram um reforço de US\$ 90 bilhões para o caixa do FMI, suficiente para o fundo socorrer o Brasil e outros países emergentes em dificuldades, e os vasos comunicantes que ligam o crédito internacional aos países emergentes começam a dar sinais de desentupimento.

O primeiro sinal positivo foi a captação de bônus externos pela Argentina, uma operação inimaginável há dois meses. O segundo foi que as linhas de crédito do comércio exterior – também afetadas pela retração geral dos mercados após o calote da dívida interna russa em agosto – voltaram a pulsar esta semana, quando os exportadores brasileiros puderam respirar mais aliviados.

Em parte o movimento foi fruto do aval do G-7 ao FMI (e por extensão ao Brasil e demais países emergentes que estão fazendo o dever de casa). Mas também não pode ser desprezada a pressão que o Brasil fez junto aos bancos privados, na pessoa de William Rhodes, antigo coordenador da renegociação da dívida externa do Brasil, México, Argentina e Venezuela nos anos 80 e atual homem forte do Citicorp, ainda o maior credor do Brasil, durante recente passagem por Brasília.

Ainda é cedo, porém, para se esperar a volta da plena normalidade ao crédito internacional. Na crise do México, o mercado demorou seis meses a operar sem restrições com a América Latina. O impacto da crise da Ásia foi mais duradouro, mas o Brasil conseguiu marcar a posição de que era um país diferente e recuperou o crédito internacional a partir de março deste ano, antes de decorridos seis meses, portanto.

O calote russo dissipou os sonhos da equi-

pe econômica de reafirmar a diferença do Brasil perante o mundo. Que somos diferentes, é inegável: ao contrário dos países asiáticos, o Brasil é uma democracia plena. Isso explica a enorme dificuldade para o avanço das reformas modernizadoras da economia e da ordem constitucional, que exigem aprovação por maioria de três quintos do Congresso.

Mas a dificuldade do avanço das reformas, indispensáveis ao ajuste fiscal, não está apenas no Congresso, que aprovou esta semana finalmente as últimas três emendas da reforma da Previdência que abrem caminho para transformações fundamentais destinadas a corrigir distorções e evitar déficits no sistema de aposentadoria dos servidores públicos.

No próprio governo trava-se luta interna não apenas para mudar o rumo das medidas de ajuste fiscal (trocando o aumento da CPMF pela criação de um imposto verde – para salvar a pele do mercado acionário e dos usineiros abarrotados de açúcar sem preço no mercado internacional) e um ou outro corte ou aumento de receita, mas principalmente para definir o futuro da taxa de câmbio.

A verdade é que o governo não poderá fazer uma coisa sem ter trilhado antes o caminho das pedras. Em outras palavras: aliviar os juros e desamarrar o câmbio só será possível depois que o país consolidar o ajuste fiscal. De que maneira o ajuste vai ser obtido é questão ainda a considerar. Mas não se pode botar a questão do câmbio antes do ajuste fiscal – garantia real única de estabilidade.

Isso significa reconhecer que o ajuste será penoso. O efeito recessivo, atualmente causado pela perda do crédito internacional, será intensificado pelo impacto combinado da redução dos gastos públicos e pelo avanço do governo sobre a poupança privada, na forma de aumento da carga tributária. Só a volta do crédito internacional, sob o estímulo do apoio conjunto do FMI e do G-7, poderá aliviar um pouco o quadro. Mas ainda é cedo para celebrações, pois nem o desenho das medidas do Programa de Estabilidade Fiscal ganhou forma definitiva, nem há prazo certo para a liberação do crédito internacional ao Brasil.